



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 31

Sessão Extraordinária Outubro

Sessão em 18/10/2023

Aos dezoito dias do mês de Outubro do ano dois mil e vinte três, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Joana de Oliveira Teixeira, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Maria João Matos, Eneide Manuel Soares Ferreira, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Celme Cristina de Jesus Gonçalves, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luís Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Faltou o Vereador João Filipe Andrade Machado.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Pedro Machado Pires da Rosa, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Joana de Oliveira Teixeira, Maria João Matos, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Sílvia Fernandes Ribau, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Celme Cristina de Jesus Tavares, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Rogério António Gonçalves Cachide, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Ivo Renato Teixeira Rodrigues, António Fernando Mendes

Couto, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Virgínia Maria Melo Matos, António José Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, Isabel Alexandra da Conceição Marques, Jerónimo dos Santos Dias, Ana Cristina Valente Couras, Olegário Augusto da Costa Rocha, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa. Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.⁰⁰³

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Extraordinária, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

- Ponto 1 - Apreciação e votação das Medidas Preventivas no âmbito da elaboração do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso;**
- Ponto 2 – Apreciação e votação do Plano Municipal para a Igualdade;**
- Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de constituição do Júri do Concurso para Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico e Inovação.**

Ponto 1 - Apreciação e votação das Medidas Preventivas no âmbito da elaboração do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 06/10/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁰⁴ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Muito obrigado. Boa noite a todos. De forma muito breve e sumária, esta é uma medida que se toma em certas circunstâncias de desenvolvimento de Planos de Pormenor, nomeadamente quando não há histórico desta tipologia de instrumento de gestão territorial e, portanto, é um processo normal. É feito um documento base pela Câmara, é enviado a parecer obrigatório (está junto ao processo) para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, no nosso caso do Centro e, pronto. Com esta medida que, obviamente, só tem vigência com a aprovação da Assembleia Municipal, nós ficamos com um o procedimento jurídico que nos garante a não realização de atos formais na área de incidência do Plano até que, obviamente, que o Plano liberte essa condicionante com a sua aprovação.

Este é um trabalho, este como todos aqueles que fazemos, queremos fazer com diligência, de forma rápida. O Plano está aberto, já foi feita a primeira das duas fases de audiência pública, que é aquela que ato primeiro, em que se pergunta publicamente, enfim, de forma aberta, a quem quer dizer seja o que for, não há proposta de base. Essa será alvo de parecer de audiência pública. No fim, quando estivermos na ponta final do desenvolvimento do Plano, tivemos 6 ou 7 participações que obviamente estão todas a serem estudadas e devidamente trabalhadas, e ponderada a sua bondade, das várias ideias e são várias, que estão apresentadas, para podermos vir a desenhar desde logo a primeira versão do Plano.

Normalmente estes Planos têm várias versões até chegarmos à última versão, que além do mais, em nota final, aqui virá. Porque é a Assembleia Municipal como sabemos que tem a competência de aprovar o Plano de Pormenor.

Portanto é apenas este ato que está. É um ato importante obviamente, é um ato administrativo, mas obviamente quem o decide ao abrigo da lei é a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. E, por isso, cá está a proposta das medidas preventivas e, portanto, estarei ao dispor para qualquer questão que entendam por bem colocar. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

“Muito obrigada. Boa noite a todos os presentes e todas as presentes. Relativamente a este primeiro ponto, as medidas preventivas propostas neste processo de elaboração do plano de pormenor, cabe apenas dizer que elas visam uma boa condução do desenvolvimento deste plano, pelo que a todo o interesse tomá-las e votaremos a favor. Obrigado.”

Vogal Joana Lima (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Boa noite a todos e a todas. Na apreciação da necessidade de aplicar medidas preventivas no âmbito deste Plano de Pormenor, o PCP considera fundamental que se aprofundem algumas questões, e acima de tudo esclarecer os Aveirenses sobre as decisões e processos que estão envolvidos, nomeadamente, se se mantém para a área algumas das salvaguardas e estratégias urbanísticas definidas em PDM.

Podendo ser tecnicamente válida a interpretação de que o polígono em causa, dadas as suas características particulares, poderia ganhar com a elaboração de um Plano Pormenor, já que a escala de plano se adequa muito melhor na teoria, ao detalhe necessário para um polígono com tais características, e que neste caso, seria lógico aplicar medidas preventivas, é igualmente lógico questionar sobre a perda de algumas salvaguardas e estratégias definidas e presentes no PDM, e das quais fica agora “livre” de cumprimento e de compromisso, sendo que o que liberta de um lado, o pode cativar pelo outro, e este outro, são as citadas “intenções existentes” para o local e a clara estratégia assumida pelo município em prol do Turismo e nada mais.

O que é que estava previsto em PDM e que importa reafirmar, do nosso ponto de vista, é que esta começa por ser uma zona especial de proteção. De alta sensibilidade ecológica e conseqüente impacto, aliás a Câmara também prescinde de um estudo de impacto ambiental. Esta era uma área central tipo 1, onde se têm que respeitar alinhamentos, volumetrias e cêrceas e outras características formais da envolvente e que esta é uma faixa fundamental e incluída na rede ecológica municipal e rede Natura, particularmente para garantir o princípio de continuidade ecológica e servir como rótula ou colchão, de ligação entre o verde urbano da Baixa de Santo António e a Ria. E que este espaço também é fundamental na resolução das ligações e continuidades pedonais e cicláveis, quer para os percursos da ria, quer para a ciclovia de ligação às praias.

O que pode ser simples do ponto de vista técnico e é, não o é em termos políticos. Porque são as opções políticas que determinam o resultado final do que vai ser aquele espaço para Aveiro e para os Aveirenses e essa é a questão de fundo.

Este local é uma excelente oportunidade para restaurar a dignidade paisagística da mais importante porta da cidade, um espaço de permeabilidade e conexão, um espaço que deveria ser de usufruto para os Aveirenses em primeiro lugar, que servisse o seu potencial intrínseco de aprofundamento da relação entre a cidade e a Ria.

Mas dada a experiência política em Aveiro, podemos bem, em vez de criar uma porta entre o natural e o urbano, criar umas bonitas janelas de um hotel de 5 estrelas com vista para uma desenhada pastiche circundante, a julgar pelo resto, mais uma marca agressiva na paisagem (natural, humana e social), do período em que Aveiro teve que aguentar este executivo.

Não podemos assim, em sã consciência e temendo que o futuro resultado para o Canal do Paraíso, seja o do canal do pesadelo dos turistas. Concordar, muito menos cegamente, com a aplicação de medidas preventivas e estaremos atentos ao desenvolvimento desta questão em Plano de Pormenor, se assim se concretizar.

Também temos perfeita consciência dos interesses que estão aqui em jogo, e que o que está em causa não é a salvaguarda do interesse público, com a adoção de medidas preventivas, mas sim a salvaguarda de interesses de alguns particulares. Disse.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Boa noite Senhores Presidente da Assembleia e Câmara Municipal. Senhores Vereadores, deputados municipais e restante público presente.

Nós temos conhecimento que a família Bóia possui um terreno com 950 metros quadrados na rua do Alavário, no qual gostariam de construir um edifício habitacional.

No entanto estas medidas preventivas aqui em votação, visam favorecer construção de uma unidade hoteleira, aparthotel, no espaço ao lado, eliminando a possibilidade de construção no terreno da família Bóia.

Segundo a família Bóia, o grande problema para o Presidente e para os investidores, é que uma edificação da família naquele local tapará parte da vista do aparthotel sobre o canal central.

Nós gostaríamos de ouvir uma explicação do senhor Presidente da Câmara relativamente a esta polémica. Estará a Câmara a ceder a pressão e aos interesses das grandes empresas de construção? Tenho dito. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha através da emissão, seja aqui seja pela via digital. O espaço em questão é um espaço nobre com vista privilegiada sobre a Ria, que como todos sabem passou por tempos de abandono e deterioração, onde agora urge repensar e valorizar.

No entanto, vai se falando da instalação de uma unidade hoteleira no espaço, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu na reunião de câmara de há duas semanas.

Mesmo hoje, um proprietário desses terrenos, fez notícia de jornal. Novamente é falado no interesse de privados para a construção de um espaço hoteleiro na zona.

Obviamente que do ponto de vista teórico não vemos objeção a nenhuma destas iniciativas. No entanto, receamos que este processo de alteração do plano de pormenor que se pretende iniciar, esteja condicionado desde a origem, com o objetivo de favorecer o privado com o interesse na construção do hotel, já que pelos vistos já se fala em área de implementação, apesar de não ser público o tipo de projeto que pelos vistos já vai sendo pensado.

Isto quando, salvo erro ainda está pendente a entrega do terreno do antigo quartel da polícia marítima para a Câmara Municipal!

Por tudo isto não poderemos acompanhar a iniciativa, mas estaremos atentos à evolução deste processo. Obrigado.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Muito obrigada Senhor Presidente. Boa noite a todas e a todos. O que é esta proposta? É o estado, no caso o estado local, a impor medidas de limitação à propriedade privada e à liberdade económica. Ainda na última Assembleia Municipal ouvimos um discurso deslumbrado e até alucinado, que isto da construção, é só com o mercado e aqui está a realidade: até um executivo PSD/CDS acha que para haver desenho urbano o mesmo não é feito privado a privado, mas é sim o Estado a definir as regras.

O executivo PSD/CDS até explica no documento que “a crescente pressão urbanística e a perspectiva a curto/médio prazo de investimentos estruturantes, constitui uma circunstância excepcional que poderá resultar na alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento económico e social locais, que limitará a liberdade de planeamento e pode comprometer ou tornar mais onerosa a execução do Plano de Pormenor, justificando-se, assim, o estabelecimento de Medidas Preventivas”!

Ou seja, até para o PSD/CDS é mais importante a definição do Estado sobre a economia e acha que o livre mercado traria um problema à sociedade.

O executivo da direita também explica no documento que “a concretização de uma solução integrada, mostra-se incompatível com a realização de quaisquer operações urbanísticas isoladas”.

É por isso que o Estado, no caso esta Câmara Municipal de direita, está aqui a proibir por 18 meses operações de loteamento, obras várias no edificado, remodelação de terrenos ou até a demolição de terrenos e o derrube de árvores. É a Câmara Municipal do PSD/CDS a proibir, a limitar a liberdade económica e os direitos de propriedade privada em nome daquilo que define como interesse público.

O primeiro comentário a este ponto é: que a realidade destrói os discursos ultra libertários do livre mercado que aqui tivemos na última reunião da Assembleia Municipal. Aliás, perguntamos a esses deputados municipais da direita se vão votar contra esta limitação dos direitos de propriedade privada?

A divergência do Bloco de Esquerda com o executivo de direita não se prende obviamente com o direito do Estado intervir na economia. A nossa oposição é estrutural porque defendemos um modelo alternativo de desenvolvimento urbano, de políticas de habitação e desenho para o Cais do Paraíso daquele que tem sido seguido pelo executivo PSD/CDS.

É público que o terreno da antiga empresa Bóia e Irmão, foram colocados à venda por 20 milhões de euros tendo como destino a construção de um hotel de luxo. Questionamos a autarquia sobre qual é o plano para a área do cais do Paraíso. Por ser no centro da cidade é mais um local para mais um hotel de luxo? A haver habitação é só destinada a preços premium?

O Bloco tem um modelo alternativo. Há uma crise do preço da habitação. É demasiado elevado e mesmo quem trabalha e tem salários médios não consegue aceder à habitação.

O Bloco de Esquerda tem uma política alternativa. Criticamos os terrenos públicos que a Câmara Municipal vendeu. Deviam servir para habitação a custos controlados para a classe média e para assim fazer descer o preço também das habitações privadas, por pressão no mercado. No caso do Cais do Paraíso consideramos que os mecanismos de ordenamento do território, sobre a habitação nova, nesses terrenos privados, devem garantir habitação em que 25% dos fogos habitacionais sejam obrigatoriamente inseridos no mercado de arrendamento a custos controlados.

Aliás, em Berlim essa percentagem é definida operação a operação e é bastante superior à nossa proposta, situando-se na capital alemã acima de 50% durante 30, 40 ou mais anos.

A notícia de hoje das queixas da família Bóia no Diário de Aveiro, mostra que devia existir a cativação pública das mais-valias urbanísticas. A decisão da câmara municipal

sobre o quê e onde se pode construir, dará para valorizar uns terrenos em detrimento de outros. É apenas lógico que essa valorização devido a uma decisão pública deveria reverter para o erário público.

As limitações, antes da elaboração de um plano de pormenor tem obviamente a nossa concordância. No entanto, estamos fortemente comprometidos com tornar a habitação acessível. É por isso que não podemos votar favoravelmente esta proposta estando pré-anunciado que aqueles terrenos são para sobreaquecer ainda mais o mercado imobiliário. Obrigado.”

Vogal Eneide Ferreira (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Antes de mais, cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a restante mesa. O senhor presidente da Câmara de Aveiro, senhores vereadores e vereadoras, senhores deputados e deputadas, todas as bancadas, caríssimo público e todos que nos acompanham através da comunicação social.

Ora, nós estamos perante um espaço urbano envolvente ao Canal do Paraíso, que se reveste interesse público, coletivo e privado, por ter uma posição privilegiada de entrada na cidade. E neste contexto merece uma intervenção de pormenor.

Consideramos que foi uma boa e importante decisão elaborar um plano de pormenor específico para o Cais do Paraíso, para que as futuras construções sejam ordenadas, organizadas e proporcionem um ótimo cartão de visita numa das entradas da cidade. Sabemos que o estabelecimento de medidas preventivas terá um espaço temporal, de pelo menos 18 meses, ficando durante esse período de tempo a área tal como está, mas não é tempo desperdiçado. É sim um tempo muito necessário para que, no futuro, o Cais do Paraíso proporcione harmonia urbanística e seja apelativo para residentes e para quem visita Aveiro. Pelo exposto, a bancada do CDS-PP está de acordo e votará favoravelmente. Obrigada.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e os que nos veem em casa. Relativamente a este assunto, até porque eu acho que o mesmo versa sobre uma temática que por vezes é densa para os membros da Assembleia, mas também para os cidadãos. Em vez de algumas considerações tenho uma pergunta ou duas que podem ajudar a esclarecer aquilo que vamos votar.

Segundo bem percebi, daquilo que li, o Senhor Presidente e o Executivo vão desenvolver um plano de pormenor ou estão a desenvolver um plano de pormenor, que terá várias fases.

E o que hoje vamos votar aqui, são conjunto de medidas preventivas que pretendem que haja um determinado conjunto de atos durante o desenvolvimento desse plano de pormenor. Penso que até aqui a questão é relativamente tranquila.

A minha pergunta prende-se ou divide-se em várias partes. A primeira é, efetivamente, eu sei que vai haver participação pública, mas a minha pergunta é até que ponto é que essa participação pública de será acolhida no desenvolvimento do plano de pormenor?

A segunda pergunta vem atrás desta. Neste momento o que nós estamos aqui a aprovar, pergunto eu, se não será um condicionamento diria que absoluto, daquilo que é a vontade de quem está a elaborar o plano de pormenor, sem permitir que as outras partes intervenientes, sejam elas quais forem e que aí tenham interesses, ou propriedades na área, deixem de ter opção de desenvolver aquilo que eventualmente podem entender ou

propor dentro da razoabilidade, que obviamente dentro da razoabilidade deve ser acolhida.

Colocando a coisa de outra forma. Se aplicarem as medidas preventivas, estamos a deixar nas mãos do executivo a decisão, com consulta pública, mas nós conhecemos também bem as práticas de consulta pública nos últimos anos, mas estamos a deixar nas mãos do executivo a decisão daquilo que vai resultar naquela zona. E a minha pergunta é muito clara e muito objetiva e eu até com o risco do Senhor Presidente me dizer mais uma vez que não percebo nada disto. E não.”

(Entretanto deu entrada na sala a Vogal Joana Filipa Ramos Lopes)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“Boa noite. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia cumprimentar todos os presentes e os que estão a assistir em casa. Neste ponto, e sendo uma opção da Câmara Municipal a utilização deste instrumento legal, para o bom desenvolvimento de uma zona nobre da cidade e tendo o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, quero crer que, mesmo depois de aprovado em consulta pública, o plano de pormenor terá que ser aqui aprovado. Não será nunca um plano de pormenor do executivo. Será um plano de pormenor aprovado na Câmara, mas depois aprovado na Assembleia e que terá todas as assinaturas correspondentes das entidades que se terão de se manifestar. Nesse sentido, o PSD votará favoravelmente este ponto porque ele visa o desenvolvimento de uma área muito nobre do concelho de Aveiro.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁵

“Muito obrigado. Vamos lá pôr aqui um ponto de ordem à mesa. Nós não precisamos de um Plano de Pormenor para aprovar no quadro do instrumento de gestão territorial em vigor, que é o PDM, seja o que for naquele sítio. Não precisamos. Seja um hotel de que altura tiver, seja o que for que a Câmara entenda que cumpridas as regras desse mesmo Plano Diretor Municipal pode ser licenciado. Hoje é assim. E, portanto, esta coisa, enfim, estamos feitos com não sei quem e estamos a prejudicar o não sei quem, é um absurdo. Porque hoje, sem plano de pormenor, esse vosso raciocínio (que alguns de vocês fizeram), pode ser feito. Quando nós estamos numa parcela de terreno ou numa área, melhor dizendo, que tem poucas parcelas de terreno, todos nós sabemos quem são os proprietários daquelas 5 ou 6 parcelas de terrenos, é fácil demais.

Isto ainda é mais claro e mais fácil, nomeadamente, para a Assembleia Municipal de acompanhar e de exercer os poderes de fiscalização que tem – um.

Dois — fácilimo para os cidadãos proprietários envolvidos. E não se perturbem vocês com as pressões. Eu sei, sair uma notícia de página inteira de pessoas que, enfim, tem o seu peso ou tiveram, social, põe muita gente a fazer perguntas aqui. Não se perturbem com isso, não se deixem pressionar com nada disso.

Nós acabámos (e foi a assembleia municipal que o fez) de aprovar a revisão de um Plano de Pormenor, milhares de vezes mais importante do que este. Com sei lá quantos milhares de vezes mais de área de construção, com um hotel, um hotel não, um edifício de aparthotel e habitação de 14 ou 15 pisos, acabamos de o aprovar, entrou em vigor há dias.

Sabíamos também, conhecemos todos, o nome das empresas e dos seus proprietários dos poucos terrenos que na área de intervenção do Plano Pormenor do Centro são proprietários e tem expectativas sobre os terrenos.

Portanto, ponham na vossa cabeça uma questão clara. Governaremos esta Câmara com o mesmo nível de absoluta seriedade e isenção até ao último dia, igual àquela que trouxemos para a Câmara desde o primeiro dia.

Obviamente que, nesta tipologia de operações de que já vivemos há pouco tempo a revisão do Plano Pormenor do Centro, era diferente, era, porque tínhamos um Plano que alterámos. Outra operação que está em curso, aliás em simultâneo com esta, mas que o seu histórico entendemos que não exigia este tipo de medida preventiva, porque hoje se entrar um qualquer processo não o podemos aprovar, é o Plano Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro. É neste quadro, obviamente que nós faremos neste plano, por maioria de razão, o que se fez no plano que acabou de entrar em vigor, que é falar com as partes interessadas.

Aliás, devo dizer-vos, que já falámos há muito tempo com as partes interessadas e vamos voltar a falar. E vamos continuar absolutamente tranquilos em relação a notícias de jornal e a pressões dessa natureza. Sabem que hoje nós não temos muitas pressões, nem públicas, nem privadas. Eu tenho algumas pressões, depois hei-de publicar no livro que já estou a escrever sobre a minha vida de presidente de câmara, algumas pressões de pessoas muito importantes da terra. Alguns que serviram este município e que hoje são operadores imobiliários e que mandam SMS a pedir mais um piso, a não querer cumprir a regra do número de estacionamentos automóvel, etc e tal. Devo dizer, repito, que são muito poucas as pressões que temos dessa natureza. Porquê? Porque obviamente as pessoas já perceberam com quem é que estão a lidar. E muitas vezes, uma parte pequena dessas pressões são pressões que nós recebemos de forma tranquila. Na lógica de que são pretensões que nós temos que ponderar e que de forma séria, na abordagem técnica e política, dizer sim ou não. E é assim que temos feito e não nos perturbamos com notícias de jornal, nem respondemos sobre matérias desta natureza a notícias de jornal, muito menos publicadas, cirurgicamente, no dia em que reúne a Assembleia Municipal para tratar uma matéria que não tem nada a ver com isto, que são as medidas preventivas.

Podemos e devemos opinar. E os meus colegas autarcas da assembleia, sintam-se à vontade para mandar ideias. Sempre foi assim e continua a ser.

Mesmo terminado o ato inicial de as pessoas apresentarem as suas propostas para o plano, que nós vamos ter que responder uma a uma, como sempre mantivemos no PDM, no PP do Centro, como nestes dois, a porta aberta para entrarem os contributos informais que cada um bem entender.

Foi assim que gerimos e é assim que vamos gerir e que estamos a gerir estes dois documentos. E, portanto, as medidas preventivas apenas nos vêm dar uma garantia jurídica e que nós poderíamos manusear sem ela. Mas assim fica muito mais sólida. Porque as expectativas que foram criadas sobre estes terrenos por um plano que foi mau demais para ser verdade e por ser tão mau é que acabámos com ele. Mau, nunca no sentido técnico do termo. Mau porque o tempo veio a dizer que ele não serviu para nada, porque não se fez nada em termos de desenvolvimento urbano. Fizeram-se algumas coisas jeitosas e boas, muros da Ria, mas a urbanização, os mecanismos de urbanização que estavam desenhados no plano de urbanização do Polis, a história veio dizer que não serviam para nada e, por isso, na revisão do PDM, pusemo-los, enfim, na prateleira do arquivo morto e acabou.

Mas nesta área, esta área tinha capacidades de construção brutais e completamente absurdas. A distribuição da construção nesta área do território, com avenidas no meio das Marinhas, era uma coisa completamente absurda. Mas essa condicionante que teve uma

vigência longa, terminou em dezembro de 2019, quando entrou em vigor o PDM. A nova versão, a primeira alteração assim chamada, criou, obviamente, expectativas, pressões, etc e tal. Até já andam a inventar que nós vamos reformular profundamente a Rua dos Galitos!? Toda a gente sabe, é público, está um projeto em curso para qualificarmos a Rua dos Galitos. Mas não é para fazer aquelas absurdas avenidas PU Polis. O PU Polis morreu e é arquivo morto. Fica só para a história e para quem o quiser consultar. Obviamente, foi um documento, teve vida jurídica que acabou, mas pertence à nossa história.

A Rua dos Galitos vai ser qualificada no perfil que tem. A única coisa que vamos fazer é capacitá-la de um corredor pedonal, contíguo ao Canal Central e do Canal das Pirâmides, no quadro da operação que estamos a fazer, na ambiência total dos canais urbanos da nossa cidade. A única que vai mudar radicalmente no perfil é, entre a Ponte da Dobadoira e as Pontes. Vamos tirar, vamos suprimir uma das 3 faixas e dar esse espaço à largura do passeio contíguo ao muro da Ria.

Há muitos traumas. O Polis foi tão mau que há uma série de traumas. De expectativas de construção, não sei do quê. Não me cabe na cabeça, por exemplo, e isso seguramente que não vai estar na nossa proposta do plano e os proprietários sabem, porque já reuni com eles há muito tempo, aliás a Câmara está compradora dessa pequena parcela, que é aquela restinga que tem sido usada até para estaleiro da nossa obra que está em curso entre a rotunda da salineira e a eclusa, em que, enfim, é usada assim para estacionamento mais ou menos à papo-seco. Não me passa pela cabeça construir ali um prédio de 100 metros de comprimento com 6 pisos de altura. Mas o PU Polis tinha-o lá! Vai ser um espaço verde, obviamente.

Já perceberam a diferença de valor daquele terreno. Não sei quantos milhares de euros por metro quadrado para um ou dois euros por metro quadrado. Mas, obviamente, isto para nós é óbvio. E, portanto, é por isto tudo que as medidas preventivas são úteis.

Mas as medidas preventivas sobre o que é que se vai fazer, por decisão do plano, não decidem nada. Apenas garantem uma coisa, não se vai fazer nada antes do plano de pormenor ser Plano. E, portanto, é este o quadro que é preciso clarificar. Está claro, não no documento das medidas preventivas, mas o documento da Câmara que deliberou, que abriu o processo de elaboração do plano, os objetivos estão lá escritos com clareza meridiana. E, termos ali uma unidade hoteleira de referência está assumido.

E essa conversa dos privados, não vale a pena. Porque a pequena parcela que a Câmara lá quer ter, que era aquela miséria ambiental e urbana de um velho aquartelamento da Polícia Marítima, é basicamente para perfilarmos o Canal do Paraíso naquela zona e para um espaço de contiguidade para depois dar entrada à zona urbana.

No resto, na lógica ali do Bloco de Esquerda vamos sempre fazer uns fretes aos privados. A gente não anda aqui para fazer fretes a ninguém. Nós vamos definir capacidades construtivas de uma parcela que, sendo pequenina, é muito importante como porta. É muito importante na fruição paisagística notável que propicia.

Eu gostava muito de pôr abaixo aquele prédio cor-de-rosa que lá está, gostava imenso. Fizemos contas a isso, mas custa uma absurda fortuna. Eventualmente, os nossos sucessores daqui a 10 ou 20 anos vão querer pagá-la. Mas nós entendemos que temos que viver com aquilo. E, portanto, nas pré-existências da área de intervenção está lá aquela pré-existência. Como as outras construções que lá estão, por mais que a gente venha a querer no Plano que elas sejam demolidas, as construções que existem se o próprio Plano vier a definir que no sítio onde elas existem vai ser uma praça ou um jardim, elas não podem ir abaixo, porque a gente pôs no plano que elas vão ser um jardim. Não, elas vão poder com continuar a existir eventualmente eternamente, porque as pessoas apenas têm

que fazer a sua manutenção e fazendo a sua manutenção, não há ninguém que lhes pegue. A não ser que se compre como é evidente.

Portanto, é bom termos uma relação tranquila com isto. Porque são coisas tranquilas e obviamente o exercício que fazemos é de total transparência, de seriedade, como fizemos até aqui a gerir outras coisas, umas mais simples, outras mais complexas que esta, vai ser o mesmo. Não se excitem que nós também não. Vamos ter plataformas de diálogo. Não tenho dúvida nenhuma que se fizéssemos a vontade de cada um dos 5 ou 6 proprietários, íamos ter 5 ou 6 versões do plano. Não tenho dúvida nenhuma sobre isso. Mas que para nós é muito importante ler e estudar as propostas que já recebemos, as outras que poderemos vir a receber, e a riqueza do debate que sempre fazemos com as equipas técnicas e com quem quiser participar, nós temos alta expectativa para no dia em que levarmos, primeiro à reunião de Câmara para abrir a discussão pública da proposta e depois de digerir os contributos à proposta voltar à Câmara e vir à Assembleia Municipal, nós estamos tranquilos, temos uma boa proposta.

Nós tivemos gente que se zangou connosco por causa do PDM. Mas ninguém se zangou, um ou outro que ganhou mais um piso ou mais um metro quadrado de construção. Tivemos um ou outro porque deixou de ter piso ou deixou de ter área de construção, porque lhe tinha feito a Câmara uns desenhos, à moda daquele engenheiro que por cá andou a fazer desenhos e negócios, e que obviamente a gente disse “olhem isso não é nada, em termos urbanos é uma lixeira”.

Estou-me a lembrar, por exemplo, de uma área muito conhecida e muito pressionada, mas as pessoas fizeram bem. Fizeram participações públicas no PDM, na célebre zona em São Bernardo, ali aquela zona por trás da Junta de freguesia. E depois reunimos e explicámos às pessoas, mas em razão do interesse público.

Agora, felizmente, isto é um país diferente do que é, um país comunista em que o Estado é dono de tudo e manda em tudo. Portanto é neste quadro de relação tranquila com a urbanidade, que é a nossa competência de desenhar e a propriedade privada que tem legítimas aspirações a fazer os exercícios de rentabilidade que muito bem entende, que os processos são desenvolvidos.

Portanto, nós já não estamos aqui a governar a Câmara há 2 dias, estamos há 10 anos. Conhecem os princípios, são exatamente os mesmos que vamos utilizar nestes 2 processos, nestes 2 planos de pormenor e nos 2 anos de mandato que temos pela frente. E, portanto, fiquem absolutamente tranquilos e não se deixem pressionar por notícias de jornal ou por outras diligências.

Nós falamos com as pessoas, mas nós é que decidimos. Não vai ser nenhum proprietário que vai decidir coisa nenhuma. Que cidade teríamos nós, que município teríamos nós, se cada proprietário dum terreno fizesse no seu terreno aquilo que entende? Isto seria seguramente um absurdo urbano. E é por isso que há regras, que há instrumentos de planeamento, que há PDM. Podemos violar o PDM, há aqui uma baralhação. As medidas preventivas por inerência legal, suspende o PDM. Mas devo garantir a todos que, assim como aconteceu no PP do Centro, o tal último que entrou em vigor por nossa decisão, também neste, as regras base principais do PDM serão absolutamente cumpridas.

Ainda há dias reuni com uma excelente empresa, que queria ali fazer essas lojas agora da moda dos 1500 metros quadrados, olhem nós queremos fazer uma loja em Aveiro, poderia ser aqui? Foi-se ver ao Plano e nós respondemos imediatamente que não. Porque entendemos que, o plano pormenor tem já muitas ideias, muitos borrões, muito tudo. E há muita gente proprietária que conhece as nossas ideias, já falámos com as pessoas cara a cara, com toda a hombridade, com toda a liberdade, com toda a responsabilidade. E a esta empresa dissemos imediatamente, olhem, não. Demos uma série de ideias, vejam este terreno, aquele, aquele, mas aqui não. Não queremos aqui uma superfície comercial. Que

é sempre aquela coisa bonita e feia que todos conhecemos por mais que os arquitetos cuidem da imagem exterior daquele tipo de edifícios.

É neste quadro que nós estamos a trabalhar e que nós vamos trabalhar neste processo, aberto, com a participação pública, com o acolhimento, com a ponderação objetiva daquilo que temos em cima da nossa mesa hoje e aquilo que viremos a ter, de forma muito tranquila.

O outro Plano, já agora, só para terminar, o do Parque Desportivo, já foi mais surpreendente para mim. Porque temos acho que só duas ou três participações. Quando nós aparecemos com a primeira versão e se aquilo tiver aquilo que lá está escrito como objetivos, porque não se esqueçam de ler o documento base que serviu à deliberação de Câmara para lançar os 2 Planos. Porque os objetivos principais estão lá escritos. Não têm é desenho porque não há desenho. Mas temos ideias. Está lá um centro comercial, está lá um campo de golfe, e está o histórico. Porque há um histórico naquele processo e nós queremos tirar proveito parcial desse histórico. Nem tudo é mau na história de que somos herdeiros, como é evidente.

Portanto é neste quadro, muito claro, e exorto a isso, independentemente de se votar contra ou favor, a Assembleia faz o que quer nas medidas preventivas. Mas não se ponham é a dar às medidas preventivas aquilo que elas não têm e a tirar proveito das medidas preventivas. Aquilo que elas garantem é que nós amanhã não vamos poder licenciar o hotel que hoje podemos licenciar.

Não vamos poder licenciar uma qualquer construção das poucas parcelas, só porque o proprietário quer, sem estudarmos a forma como ela se relaciona com o espaço que tem uma relação urbana absolutamente única. Com o que está a acontecer do lado do Rossio, com o que acontece à frente no Lago do Paraíso, com o que acontece atrás no Canal do Paraíso. E, portanto, é neste quadro tranquilo e muito determinado em fazer bem, dizendo-vos isto: não precisávamos deste plano de pormenor para tomar decisões de construção em nenhuma das parcelas. Mas entendemos que a sua delicadeza, o histórico de expectativas faraónicas e o seu enquadramento urbano, delicado e importantíssimo. Nós queríamos ver se não precisamos dos 18 meses, mas, enfim, depois há os pareceres das entidades, enfim, há um procedimento que tem de ser cumprido, mas obviamente a lógica aqui é da referência dos meses, é a referência que está no cronograma do plano e, portanto, embora se conseguirmos ter o plano terminado em metade do tempo, estando o plano aprovado, as medidas preventivas automaticamente com a entrada em vigor do plano de pormenor são levantadas.

E, portanto, julgo que com esta explicação respondi às questões todas, de forma clara. Embora, obviamente, Senhor Presidente e caros colegas, alguma questão adicional estou obviamente ao dispor. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰¹⁶ Ponto 1 - Apreciação e votação das Medidas Preventivas no âmbito da elaboração do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte cinco votos a favor (PSD19+CDS5+PPM1), nove abstenções (CH1+PS6+PAN2) e três votos contra (BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:⁰¹⁷

Vogal Celme Tavares (BE):

“Solicito que a minha intervenção seja a minha declaração de voto.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN):

“Solicito que a minha intervenção seja a minha declaração de voto.”

Ponto 2 – Apreciação e votação do Plano Municipal para a Igualdade.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 21/09/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰¹⁸ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁹

“Senhor Presidente muito obrigado. De forma sumária, este é o Plano que construímos, com os contributos que recolhemos, nomeadamente as unidades orgânicas da Câmara, da nossa Divisão DAPAEL de apoio aos autarcas e a nossa Divisão de ação social, foram a chave deste processo. Agradecer a ajuda dos 2 municípios que têm os planos de igualdade mais recentemente publicados em Portugal e que nos ajudaram também, os colegas da Câmara de Boticas e de Matosinhos. E agradecer às pessoas que participaram, que contribuíram para que nós produzíssemos a primeira versão e a tivéssemos enriquecido até esta última e definitiva versão, que vem à consideração da Assembleia.

Ficamos com um instrumento formal que hoje já é obrigatório para aceder a alguns processos de financiamento, nomeadamente em sede de fundos comunitários, já é condição de admissibilidade a existência de Plano Municipal de Igualdade formal. E ficamos também com um Plano que é um instrumento de gestão para nos ajudarmos uns aos outros a gerir melhor a igualdade que interessa, que é a igualdade da dignidade da pessoa humana, nomeadamente nas questões de género, mas não só.

E é esse o contributo que se quer dar, um contributo adicional que, obviamente, todos como bons cidadãos procuramos ter, procuramos no nosso exercício de cidadania, dar contributos todos os dias para esta dimensão de dignidade humana, de igual valor para todo e qualquer ser humano, mas, obviamente, ficamos aqui também com mais um instrumento para nos ajudar na dimensão mais pessoal ou mais institucional a melhorar a nossa prestação, enquadrado num documento que ele próprio tem mecanismos de planeamento da ação, mecanismos de monitorização de execução, para que obviamente possamos de uma forma mais objetiva possível, se bem que nestas matérias ser muito objetivo, como sabemos, não é fácil. Ir medindo a evolução que estamos a ter, para irmos subindo, obviamente, nos patamares de qualidade da gestão desta matéria que reconhecemos como matéria importante e pertinente, mas sempre dizemos que, é a ação dos homens, de cada um de nós, na sua vida do dia-a-dia, que condiciona estarmos bem ao estarmos mal. Nesta matéria, não é exatamente um plano municipal de igualdade, mas o plano municipal de igualdade é um instrumento, é mais um contributo, para podermos melhorar como comunidade, como sociedade, a nossa prestação a este nível. Estarei obviamente ao dispor para as questões que entenderem por bem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²¹

“Obrigada. A Igualdade é um princípio fundamental e complexo que se desdobra em várias vertentes. O mundo da igualdade de género, é um mundo em que as mulheres e os homens têm os mesmos direitos e oportunidades em todos os aspetos da vida e incluindo participação, emprego, participação política e vida familiar, entre outros.

A igualdade racial, étnica, a igualdade orientação sexual, ou a igualdade de cultural e religiosa, entre outros fatores de discriminação são de grande importância também nesta luta para a igualdade.

Portanto a elaboração de medidas que promovam a igualdade e que combatam a discriminação nas suas várias vertentes é muito mais que uma obrigação. São medidas que promovem os princípios fundamentais da vida em sociedade democrática e constituem um desafio contínuo.

O desenvolvimento do plano municipal para a igualdade considera vários dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 20/30 o que demonstra a importância da igualdade entre pessoas para o desenvolvimento de um presente e de um futuro mais responsável, inclusivo e equitativo. No plano municipal para igualdade proposto, constam ações e objetivos internos direcionados para a Câmara Municipal e ações e objetivos externos com incidência na comunidade local.

Entre as medidas propostas existe uma grande diversidade de ações de sensibilização e de formação direcionada para públicos diversos, que quando repetidas ao longo do tempo e alargadas ao maior número de pessoas possível, constituem ações fundamentais para existir mudança. Todos sabemos que o maior desafio não é a definição de medidas e objetivos, é por um lado a monitorização destas ações para medir a sua eficácia e proceder aos eventuais ajustes ao longo da sua implementação, mas é por outro lado e muito mais desafiante provocar com estas ações mudança. Mudança nas mentalidades, melhorias visíveis e comprováveis na igualdade entre as mulheres e os homens, assim como entre todas as pessoas que sofrem discriminação por qualquer que seja a razão. Muito obrigado.”

Vogal Joana Lima (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [022](#)

“Um Plano Municipal para a Igualdade, é uma oportunidade para os municípios contruírem um instrumento de políticas públicas adaptado ao seu território, que de uma forma transversal e inclusiva, quer dos problemas quer das dinâmicas, seja capaz de se operacionalizar em ações concretas.

Será tão eficaz, quanto a sua capacidade de desenvolver o trabalho em Rede, entre os parceiros. E será tão eficaz quanto a sua capacidade de resolver problemas estruturais e desenvolver o trabalho em rede entre o que deveria ser uma Rede Social inclusiva e representativa do e no Território.

Esta é mais uma oportunidade perdida, já que este documento que nos apresentam para apreciar nesta votação, nem é um instrumento de políticas públicas, nem é transversal, nem inclusivo, nem é adaptado às necessidades do território. Aliás, este documento, poderia ter sido escrito muito bem pelo Chat GPT, pois segue a habitual retórica vazia de quem fala do que não sabe, ou copia conhecimento alheio, porque não se deu ao trabalho de perguntar a quem sabe e de evoluir. Este plano, nem avança, nem recua. Tenta parecer que arruma o que já existe e sempre existiu, veste-o de retórica, e até parece que a Câmara Municipal está a fazer algo de novo.

Concretizando e resumindo, e resume-se muito rapidamente, porque é nas ações que se vê o sumo e este plano tem pouco sumo. Este plano resolve, por exemplo, os problemas do emprego com empreendedorismo!

Num concelho onde, dados recentes da Pordata, há uma diferença salarial média entre homens e mulheres de 60,5€, mas só interessa o empreendedorismo. Então e não há outras mulheres em Aveiro? Não há mulheres com profissões variadas em Aveiro? Investigadoras (tantas), escritoras, artistas, agricultoras, defensoras de causas, ativistas pela cidade e pelo meio ambiente, etc etc...

Como tencionam promover, como dizem, o emprego com direitos, baixar o desemprego e eliminar discriminações, se para além das entidades empresariais, não se refere a intenção de estabelecer parcerias com entidades sindicais e outros grupos profissionais?

Este plano resolve o problema da violência de género com ações de sensibilização nas escolas e pouco mais. Ações que já existem aliás, ou têm existido, protagonizadas não pela Câmara, mas pelos parceiros de sempre, Cáritas, GNR, PSP, e também por outras organizações, não parceiras.

Aliás, queremos aqui deixar o nosso profundo respeito e admiração pelo trabalho que fazem estas entidades, com a falta de meios que têm. Temos muita sorte, porque aí temos muito boa gente, boas técnicas, boas pessoas. Mas estes problemas não se resolvem com um par de boas pessoas, resolvem-se com políticas, com ações e com práticas. Mas nem a Cáritas, nem a GNR, nem a PSP são propriedade, que eu saiba, da Câmara de Aveiro, nem lhe devem nenhum favor.

Afinal qual é o seu papel aqui? Como pretendem contribuir para melhorar as respostas diretas de apoio às vítimas? Fundamental, fundamental, todos sabemos, numa situação de violências são as respostas de saída, de alojamento, as casas abrigo e os alojamentos de emergência, que os que existem não são da Câmara e não chegam. Ainda mais agora com a crise da habitação. Mas a política de habitação da câmara municipal já sabemos como é, e que tem alergia a ter fogos sociais.

Mas no paleio que acompanha o plano a câmara municipal aparece muito preocupada com isto, fica-lhe bem nos protocolos, mas às vítimas não faz grande moosa.

Continuando na violência e não discriminação, medidas internas mais propriamente. Ora muito bem, os funcionários da Câmara Municipal estão na primeira linha a dar a cara ao público, têm formação em igualdade e não discriminação? Em violência doméstica? Em tráfico de seres humanos? Sabem identificar? Sabem encaminhar? E a polícia municipal, está sensibilizada e informada? Não me parece que com 2 ações, como as descritas no plano, com 15 pessoas por ação, venham a colmatar as falhas existentes.

E o assédio? Vamos falar de assédio. A câmara municipal possui protocolos, códigos de boas práticas para prevenir situações de abuso ou assédio, seja laboral, sexual ou de qualquer outra índole? E protocolos de atuação no caso de serem necessários? Existem estas boas práticas? As chefias e o executivo já fizeram o trabalho de casa? É que os bons exemplos devem vir de cima.

Quais são as medidas efetivas de reforço e de operacionalização da rede social? É que aqui não estão. Resumindo e concluindo, este plano é deprimente no mínimo, é enganador e desonesto no máximo.

E como não gostamos só de criticar e também gostamos de contribuir, deixamos uma sugestão a custo zero. A toponímia desta cidade reflete bem o seu conservadorismo. Nem a Santa Joana é devidamente bem tratada, mas é quase a única que chega ao povo, uma personagem histórica muito mais interessante do ponto de vista político do que o que se conhece e provavelmente a primeira e última urbanista aveirense, com uma cultura um bocadinho mais há frente que o seu tempo.

A sugestão é que se reduza a injustiça sobre a invisibilidade das mulheres notáveis de Aveiro, que são muitas, que saiam à luz e que se conheçam e que ganhem nome de rua, estrada ou avenida.

Termino reforçando que nunca poderia o PCP subscrever um Plano de Igualdade tão pobre e tão pouco inovador como este. Disse.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²³

“Para algumas candidaturas a fundos comunitários, a União Europeia passou a tornar obrigatório que as Câmaras Municipais tenham um Plano Municipal para a Igualdade. Os cidadãos já dispõem de igualdade perante a Lei e por isso não entendemos qual a necessidade de um Plano Municipal para a Igualdade. É de salientar que neste Plano está prevista a nomeação de “Conselheiros Locais para a Igualdade” e a designação de uma “Equipa para a Igualdade na Vida Local”.

Pretenderá a Câmara Municipal de Aveiro criar “Comissários Políticos” de vigilância à semelhança do que aconteceu na extinta União Soviética, com o intuito de realizarem pressões e julgamentos ao livre-arbítrio dos mesmos?

Nós obviamente votaremos contra este plano porque o consideramos muito ideológico, totalmente inútil e pior do que isso, perverso! Discordamos frontalmente que esta União Europeia (que em termos de defesa está totalmente dependente dos Estados Unidos da América) gaste milhões de Euros a promover a implementação deste tipo de planos e de projetos de engenharia social, que consideramos perversos. Mas vamos por partes. Vamos dissecar este plano por partes.

Relativamente à questão dos imigrantes das minorias e do multiculturalismo

Veja-se o que está a acontecer por toda a Europa. A Europa está em estado de alerta devido às ameaças de atentados terroristas. Vivemos num clima de enorme insegurança.

De nada nos servirão “Planos para a Igualdade” se a Europa e Portugal continuarem a permitir a entrada de imigrantes e refugiados que odeiam a nossa cultura e o nosso modo de vida ocidentais.

Os movimentos migratórios massivos a que temos assistido para a Europa não são espontâneos, mas sim fomentados. Fomentados por organizações como a ONU com anuência da União Europeia. Fomentados pelo próprio Estado Português que em 2019 assinou o pacto Global das Migrações sem que este tenha sido enviado para apreciação no Parlamento Português. O mesmo Estado Português que em 2018 fez alterações à lei da nacionalidade facilitando a naturalização de filhos de cidadãos estrangeiros nascidos em Portugal.

Ao Estado português a única coisa que interessa é que os imigrantes e novos portugueses, naturalizados à pressão, contribuam para a segurança social. Dinheiro! Dinheiro! Dinheiro! A este governo é a única coisa que interessa!

De nada interessa se falam ou não a nossa língua. De nada interessa se amam ou odeiam a nossa cultura e o nosso modo de vida. Isso de nada interessa. Só interessa que contribuam para a segurança social.

Depois o governo Português e Bruxelas obrigam as autarquias a criar planos de Igualdade como este, que empurram a responsabilidade da inclusão/integração exclusivamente para cima da sociedade acolhedora. Nós consideramos que a integração é sobretudo responsabilidade dos imigrantes e refugiados e só poderá ser bem-sucedida se eles estiverem dispostos a sofrer um processo de aculturação ao nosso país. Não podemos aceitar a criação de sociedades paralelas em Portugal e na Europa.

Quanto às minorias, nós rejeitamos a ditadura das minorias. Por definição a democracia é a vontade da “Maioria”.

Relativamente à agenda LGBT. Não temos nada contra os Homossexuais, Lésbicas, Gays, Bissexuais. De resto em Portugal ninguém os persegue – aliás isso só acontece nos países islâmicos, precisamente aqueles países que a extrema-esquerda tanto defende.

Mas somos contra a propaganda ‘nas nossas escolas’ da ideologia “LGBTQI+ e não sei mais o quê”. Propaganda essa que está prevista neste Plano! Como diz o povo: tudo o que é demais cansa.

Se ser inclusivo é ter de aceitar que homens, travestidos de mulheres, ganhem concursos de beleza de mulheres ou ganhem competições desportivas de mulheres, então podem contar com a oposição do partido CHEGA a esse tipo de inclusão.

Biologicamente, quem nasce com os cromossomas XY é homem e por mais cirurgias e estéticas que faça morrerá sempre XY. Por outro lado, quem nasce com os cromossomas XX é mulher toda a vida e morrerá sempre XX.

Nos EUA as operações de mudanças de sexo são já um negócio multi-milionário para os médicos e para as farmacêuticas. Para descobrir quem promove esta agenda, basta seguir o caminho do dinheiro. Usando uma expressão inglesa “Just follow the money”!

Relativamente ao combate à segregação sexual das profissões.

Nós somos totalmente a favor da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. No entanto, ainda estamos para ver alguma feminista a queixar-se de que na Construção Civil e no Exército a esmagadora maioria dos trabalhadores são homens! Porque será que as feministas não se queixam disso? Falta gente na construção civil e no exército e as mulheres são livres de se candidatarem! Força, avancem.

Nós defendemos que deve haver igualdade salarial entre homens e mulheres, portanto salários iguais para trabalhos iguais. Mas este tipo de discriminação ainda ocorre sobretudo no sector privado que não é contemplado neste Plano.

Depois não deixa de ser curioso que a Câmara diz que no recrutamento de recursos humanos não faz discriminação entre homens e mulheres e apresenta gráficos como estes, que demonstra que o numero de mulheres na Câmara é de dois terços! Portanto é o dobro de homens na Câmara. Ó senhor Presidente eu acho que isto demonstra discriminação mais ao contrário. Aqui a discriminação só funciona num sentido

Relativamente à violência doméstica.

Nós relembramos que a violência “contra as mulheres” não é legalmente diferente da “violência contra os homens”. Só existe “violência” e seja “contra mulheres” ou “contra homens” são ambas igualmente repudiáveis. Feita esta ressalva nós salientamos que temos muito respeito pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por instituições como a Cáritas Diocesana de Aveiro e somos a favor de medidas que visem combater todo o tipo de violência, seja “contra mulheres” ou “contra homens”.

Em conclusão. Nós recebemos este Plano Municipal de Igualdade em Agosto e foi-nos pedido para sugerirmos propostas de alteração. Nós não submetemos qualquer proposta de alteração porque discordamos da criação deste Plano e não lhe reconhecemos qualquer utilidade. Votaremos contra com uma declaração de voto a seguir à votação.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

“Boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha lá em casa. Após este ruído para as nossas consciências, que revela bem que há quem conviva muito mal em Democracia e nomeadamente com este Plano para a Igualdade, que é o assunto aqui em discussão, aprez-me dizer o seguinte:

No primeiro semestre de 2023, as autoridades registaram 14.863 queixas de violência doméstica, sendo que todos os anos se vão sucedendo as mortes a esta associada. A maioria são mulheres, mas este número também inclui um número significativo de crianças. Todas estas pessoas têm um nome, família e amigos, não são apenas um número.

Já este ano, a Amnistia Internacional sublinhou que ainda são visíveis fatores de discriminação em Portugal, em razão da orientação, identidade e expressão de género.

É comum a discriminação e violência contra pessoas LGBTI. São comuns os discursos de ódio e a intolerância. E penso que compete aos membros desta Assembleia darem o exemplo, que deve ser o de tratamento de igualdade a todas as pessoas.

Em Portugal, a diferença salarial entre homens e mulheres é de 15,9% e isto é inaceitável. As mulheres continuam a assumir menos cargos de direção. É fundamental aplicar a legislação em vigor e é fundamental mudar mentalidades.

No âmbito das políticas de descentralização, os municípios assumem um papel preponderante na prevenção e combate a todas as formas de violência, incluindo a violência de género e a violência doméstica, e de combate à discriminação em razão da orientação sexual e identidade de género.

No mandato anterior, em 2019, o PAN apresentou uma recomendação que foi aprovada nesta Assembleia por unanimidade e que nunca foi implementada, para a concretização de uma campanha de sensibilização geral, de promoção da igualdade e de não-violência de género.

Pelo que nos congratulamos que o Executivo apresente este Plano para a Igualdade, consideramos que poderia ser mais abrangente e mais ambicioso e que deveria partir de um diagnóstico sobre a realidade local. Este é o início do muito que ainda há por cumprir nestas matérias. É fundamental que as medidas constantes neste Plano vão para além das boas intenções, e que estas tenham implementação prática. Apelamos a que sejam apresentados relatórios anuais sobre a concretização das atividades aqui previstas.

Chamo a atenção para uma necessidade de correção na pág. 12, onde se lê: “Esta reunião dá o arranque à constituição” para “Esta reunião dá o arranque” ou outra expressão que se considere adequada.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[025](#)

“Muito obrigada. Na observação do Plano para a Igualdade, na segunda página é realizada uma referência específica ao entendimento do Município de Aveiro relativo à igualdade entre homens e mulheres como sendo um direito fundamental, A apesar de o ser de forma inegável é um, entre vários, que um plano para a igualdade deve englobar. Este plano enfoca sobretudo as questões de igualdade de género (mulher versus homem), o que é limitativo na sua atuação. Para mais, nem todas as pessoas se enquadram nesta dualidade de género pré-estabelecida.

No parágrafo seguinte é utilizada a promoção de igualdade como uma forma de fomentar a produtividade, algo que está correlacionado, mas que não deve ser o objetivo. Não devemos implementar planos de igualdade para fomentar a economia, devemos implementar para levar à promoção do bem-estar da população independentemente da sua produtividade.

São estabelecidos os três planos de ação que incluem a igualdade entre mulheres e homens, o combate aos vários tipos de violência (mulheres, género e doméstica) e o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais (PAOIEC), contudo, mais adiante percebemos que este último eixo é apenas trabalhado numa única iniciativa. As iniciativas de combate à violência doméstica e a estrutura de apoio parece estar muito dependente dos planos de ação desenvolvidos pelas Cáritas, nomeadamente mediante os projetos We Care e BESAFE. O papel ativo da CM de Aveiro parece muito limitado nesta matéria.

É finalmente na página 23 revelado o plano de ação referente ao terceiro eixo (PAOIEC) onde constatamos que se trata apenas de um conjunto de cinco ações anuais para consciencializar para questões LGBTI para a população geral. É francamente escasso pela quantidade, omissão do conteúdo a abordar, e a entidade dinamizadora.

Outros municípios nos seus planos para a igualdade têm planeadas estas sessões fazendo uma clara menção de que serão promovidas para os seus colaboradores internos,

empresas da zona, IPSS's e ONG's da zona, o que em Aveiro seria também uma mais-valia.

Como entidades parceiras são referidos os Agrupamentos de Escolas. E surge sempre a dúvida de se as sessões serão apenas direcionadas para a população em idade escolar o que, embora seja muito importante, é algo que as próprias escolas têm vindo a garantir de forma proactiva com contactos com Associações como a rede Ex-aequo, no seu projeto Educação. O âmbito de atuação tem de ser mais abrangente.

Deixo uma última nota para a medida 5, medida falada também aqui anteriormente nesta Assembleia, que diz respeito à atribuição de uma menção honrosa para mulher empreendedora do ano, uma vez que não acredito que este tipo de medida possa contribuir para um município mais igualitário. Quais são os critérios? Parece-me ser apenas mais uma iniciativa voltada para a “produtividade” e que pouco fará pelas mulheres que todos os dias se deslocam até ao centro da cidade, com um fraco sistema de transporte público, para limpar os escritórios de consultorias das ditas “mulheres empreendedoras”. Obrigado.”

Vogal Joana Teixeira (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

“Muito obrigada senhor Presidente, boa noite a todos. Muito resumidamente, estamos perante o cumprimento de um formalismo de acordo com o regime jurídico das autarquias locais, compete à Câmara Municipal assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios da ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade e por essa razão, CDS votará favoravelmente.

No entanto, permitam-me a reflexão sobre uma questão que muitas vezes fica esquecida. A violência nas relações de intimidade contra os homens. Felizmente ou infelizmente, dependendo do ponto de vista, há muitas vezes ativas na sociedade a lutar por nós mulheres. No entanto, não vemos o reconhecimento e o esforço, nem tratamos de forma adequada e necessária enquanto sociedade, a questão da violência, mas do ponto de vista do homem como vítima, colocando-o muitas vezes no esquecimento, quando se fala em violência doméstica e psicológica.

A maioria dos homens vítimas de violência nas relações de intimidade, demonstra muita resistência às denúncias e os sentimentos de medo, humilhação e vergonha persistem na maioria dos casos não os levando a recorrer ajuda.

Não é, portanto, surpreendente que a taxa de suicídio seja mais prevalente nos homens, sendo a segunda principal causa de morte nos jovens entre os 15 e os 30 anos. Os motivos mais relatados, para a não procura de apoio, são os homens não se reconhecerem enquanto vítimas, vergonha, desconfiança do sistema de apoio, medo de que não acreditem nas suas experiências de vitimação e medo de retaliações da parceira.

É importante que nós, enquanto sociedade, reconheçamos este problema e que se fale mais abertamente sobre ele. Deixa-me, portanto, muito satisfeita que esta sexta-feira, dia 20 de Outubro, se realize em Aveiro no edifício Atlas, o primeiro seminário da rede especialista com intervenção com vítimas de violência doméstica no concelho de Aveiro, intitulado “E quando a vítima é um homem?” Congratulo esta iniciativa, com a esperança que consigamos, enquanto sociedade, de erradicar a violência seja de que forma for e sem olhar a géneros. Obrigado.”

Vogal Inês Abreu (CDS)[027](#)

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁸

“Boa noite. Este tema é para mim muito importante. Já desde 2009, portanto, há 14 anos, eu fiz parte de um projeto de promoção da igualdade de género no Bairro de Santiago. Fizemos várias ações e algumas com algum sucesso. Foi um pingo, não é, e durante estes anos todos tem-se vindo a fazer cada vez mais neste sentido. Tanto o Governo e agora este plano, que eu considero importantíssimo. Posso não concordar com algumas das medidas que poderão vir a ser feitas, mas porque talvez não fizesse desta forma, no entanto, acho que todas as medidas que sejam com o objetivo de promover a igualdade são bem-vindas e concordo com o Presidente quando diz, que todos nós devemos. Que deve começar por nós esse tipo de promoção da igualdade. Da igualdade não só entre homens e mulheres, mas também nas restantes igualdades que nós queremos promover.

Desde essa altura que então muitas medidas têm vindo a ser feitas. De acordo com estudos e relatórios, são precisos 182 anos para acabar com a disparidade de género de uma forma global. Regista-se, porém, uma redução de 4 anos na previsão desde o ano passado, precisamente devido a todas as medidas que têm vindo a ser tomadas.

Segundo a avaliação regional, estima-se que a Europa deverá alcançar a igualdade só em 2082. Segundo o The Global Gender Gap Report de 2022, Portugal apresenta uma diferença salarial de 11.72. Encontramo-nos no 29º lugar do ranking global para a igualdade de género em 146 países. Portanto é um caminho que tem vindo a ser feito e que amanhã, precisamente, o Conselho de Ministros aprovará o decreto-lei sobre a aplicação do subsídio desemprego às vítimas de violência doméstica, que permitirá que este tipo de desigualdades de violências sejam minoradas. É importantíssimo que se olhe para a prevenção do combate à violência contra as mulheres e também a violência doméstica contra homens também. A igualdade é igualdade para todos, tanto para homens como para mulheres. O combate à discriminação de orientação sexual, identidade de género, características sexuais, à segregação sexual das profissões, e que se faça a promoção da igualdade salarial para que se permita a conciliação da vida profissional, porque sem haver esta conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, não há forma de conseguirmos igualdade. Também é importantíssimo tomarmos em atenção com os imigrantes e as minorias e, por isso mesmo, nós vamos acompanhar a votação dos nossos vereadores e a preocupação dos mesmos, relativamente ao acompanhamento deste plano e à avaliação de todas as atividades. Portanto, achamos que este plano é importantíssimo e achamos que a sua avaliação e aferição de métodos, também ao longo do mesmo é essencial.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

“Obrigado senhor Presidente. Queria saudar a Mesa, saudar a Câmara, senhores deputados, publico presente e quem nos acompanha digitalmente. Começo por elogiar a elaboração do plano municipal para a igualdade como documento orientador, e desejo, faço votos, que a sua aplicação permita que, apesar da sua complexidade, seja construída uma verdadeira igualdade entre as pessoas.

E eu penso que a Câmara ao longo dos anos tem dado prova disso, quando no seu quadro tem 613 mulheres e 300 homens. A minha solidariedade aos homens que trabalham na Câmara Municipal de Aveiro. Obrigado.”

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰³⁰

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰³¹

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰³²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³³

“Senhor Presidente muito o brigado. Nunca pensei que esta proposta estimulasse tão excessivamente e lateralmente à matéria, os colegas da Assembleia. Tomámos boa nota. Lamentamos muito que aquelas propostas mais radicais não tenham sido enviadas em devido tempo. Estamos muito satisfeitos com a proposta, esperamos que a Assembleia a aprove. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁴ Ponto 2 – Apreciação e votação do Plano Municipal para a Igualdade, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD19+CDS5+PPM1+PS6+PAN2), três abstenções (BE2+PCP1) e um voto contra (CH1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Gabriel Bernardo (CH):⁰³⁵

“Nós subscrevemos a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que, entre outros artigos, diz no artigo primeiro e que e passo a citar: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” Nós subscrevemos todos estes princípios.

No entanto, nós rejeitamos frontalmente projetos de “engenharia social” como este que a União Europeia nos quer impor que promovem e enaltecem a substituição demográfica da Europa e que promovem e enaltecem o ativismo “LGBTQI+”.

Discordamos frontalmente que a União Europeia faça chantagens como esta, obrigando as Câmaras Municipais a terem um Plano Municipal para a Igualdade como condição necessária para poderem concorrer a determinados Fundos Europeus!

Para nós a política é muito mais do que um mero exercício de economia e finanças. Há valores patrióticos e culturais da nossa cultura ocidental cristã, dos quais nós não abdicamos e que para nós não estão à venda.”

Vogal Celme Tavares (BE):⁰³⁶

“A nossa declaração de voto é a seguinte: Não deixando este Plano de ter algumas coisas (bastantes coisas) positivas, este Plano é absolutamente pobre e omissos. Daí a posição do Bloco de Esquerda.”

Vogal Marta Dutra (PAN)

“Solicito que a minha intervenção seja a minha declaração de voto.”

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de constituição do Júri do Concurso para Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico e Inovação.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 06/10/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁷

“Muito obrigado. Enfim, de forma muito simples, embora com muita pena, trazemos esta proposta à Assembleia Municipal, o nosso funcionário que ganhou o concurso de chefias, um mês depois de tomar posse, decidiu aceitar uma proposta de uma empresa privada e mudar de vida, como todos temos direito obviamente. Nesta Câmara não damos licença sem vencimento por esses motivos e ele exonerou-se, com todo o direito e liberdade. Obviamente desejámos-lhe felicidades, mas arranjou-nos um problema. Ficámos sem Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico e Inovação. E portanto, nomeei a sua numero dois em regime de substituição para que a Unidade Orgânica continuasse a ter chefia e é o tempo de lançar o concurso, é uma deliberação de Câmara, mas manda a lei que quem manda na composição do júri é a Assembleia Municipal.

A proposta que aqui está é exatamente igual à que aqui esteve quando tivemos de decidir o júri do concurso anterior e, portanto, é um júri altamente competente, a que me honro presidir, mas enfim, sou o mais humilde das pessoas e portanto com muito gosto, o nosso ex-funcionário Dr. Vaz Portugal integra e também o Dr. António Flor Agostinho, alto funcionário muito categorizado da Universidade de Aveiro, e obviamente para as substituições que venham eventualmente necessárias o Vice-presidente Rogério Carlos. Portanto é neste quadro de gerir um problema que gostávamos muito de não ter, que surge a necessidade de lançar concurso e obviamente da Assembleia tomar esta decisão, que é absolutamente igual àquela que trouxemos no último concurso para as chefias da nossa Câmara Municipal. Estou ao dispor para alguma questão que entendam por bem. Muito obrigado.”

Aberto o período de inscrições pelo Presidente Mesa sobre o assunto em epigrafe, não se verificou a inscrição de nenhum deputado.

Não se verificando inscrições, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁹ Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de constituição do Júri do Concurso para Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico e Inovação, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor (PSD19+CDS5+PPM1+CH1+PS6+PAN2), três abstenções (BE2+PCP1) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Concluída a Ordem do Dia, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa⁰⁴⁰ colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão Extraordinária, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária em Outubro.

Eram 23:00 horas do dia 18 de Outubro de 2023.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da

Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)